

**DIEESE - Subseção APCEF/SP**

Informe Semanal - n. - 41, 04/08/2015

Taxa Selic: ou como se elevar a dívida sob o argumento de combate à inflação

Em 29 de julho, o Comitê de Política Monetária (Copom) anunciou a elevação da taxa SELIC, antes em 13,75%, agora a 14,25%. Da dívida pública interna brasileira, que alcançou em junho R\$ 2,372 trilhões, vinculam-se diretamente à SELIC R\$ 511,18 bilhões, ou 19,78% do total. Mas a taxa influencia juros dos demais títulos. Assim, meio ponto a mais representaria, por hipótese, outros R\$ 11,8 bilhões de renda transferida aos credores. A taxa a 14,25% proporcionará daqui a um ano, mantidas as estimativas de inflação, ganho real de 8,4%. Boa renda, aliada a sono tranquilo de rentistas.

Tabela 1 – Evolução da SELIC, IPCA e ganho real

Meta SELIC ⁽¹⁾		IPCA ⁽²⁾		Ganho real (Meta/IPCA)
1999	19,00%	2000	5,97%	12,3%
2000	15,75%	2001	7,67%	7,5%
2001	19,00%	2002	12,53%	5,7%
2002	25,00%	2003	9,30%	14,4%
2003	16,50%	2004	7,60%	8,3%
2004	17,75%	2005	5,69%	11,4%
2005	18,00%	2006	3,14%	14,4%
2006	13,25%	2007	4,46%	8,4%
2007	11,25%	2008	5,90%	5,0%
2008	13,75%	2009	4,31%	9,0%
2009	8,75%	2010	5,91%	2,7%
2010	10,75%	2011	6,50%	4,0%
2011	11,00%	2012	5,84%	4,9%
2012	7,25%	2013	5,91%	1,3%
2013	10,00%	2014	6,41%	3,4%
2014	11,75%	2015	9,23%	2,3%
2015	14,25%	2016	5,40%	8,4%

(1): SELIC em dezembro de cada ano, à exceção de 2015 cuja referência é julho

(2): IPCA acumulado nos doze meses seguintes. Até 2014, índices apurados; para 2015 e 2016, estimativas boletim FOCUS (24/jul) do Banco Central.

Fonte: Banco Central, para SELIC; IBGE para IPCA

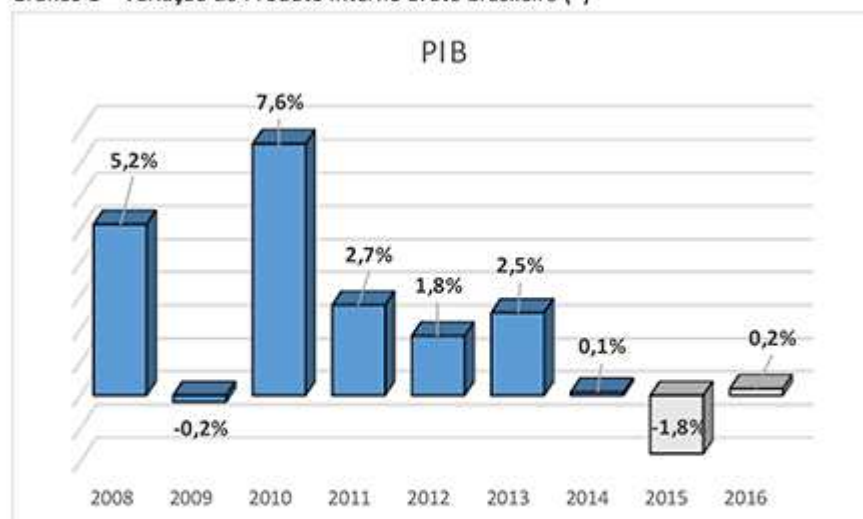
Elaboração: DIEESE - Subseção APCEF/SP

>Saiba mais

Mas por que se eleva a taxa SELIC?

Em teoria, taxa mais elevada serve para inibir o consumo pela elevação do custo do crédito, incentivar a poupança e, assim, conter a inflação. Mas o consumo já está contido, pois a demanda – que se pretende reduzir – está reduzida pela contenção da renda, fruto do desemprego em aceleração e perda de ganho dos ainda empregados. A economia brasileira, se observada a tendência para a variação do Produto Interno Bruto (PIB), deve se contrair em 2015 e 2016. Então, por que se eleva a taxa em economia sob recessão? Boa renda, aliada a sono tranquilo de rentistas.

Gráfico 1 – Variação do Produto Interno Bruto brasileiro (*)



Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN)

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF/SP

(*) Para 2015 e 2016, estimativa publicada pelo BACEN

>Saiba mais

Redução de reajustes

As negociações coletivas acompanhadas pelo DIEESE indicam que menos trabalhadores estão recebendo ganho real. Consideradas para comparação as mesmas categorias, até abril de 2015 registraram-se reajustes acima do INPC em 71,1% das convenções ou dos acordos formalizados (TABELA 2). Abaixo do INPC, portanto perda de renda, somam 13,5% do total. Fato raro, se observados números desde 2011.

Tabela 2 - Distribuição dos reajustes salariais, em comparação com o INPC-IBGE

Variação (*)	2011	2012	2013	2014	2015
Acima do INPC-IBGE	83,8%	95,8%	83,4%	93,6%	71,1%
Igual ao INPC-IBGE	8,3%	3,0%	7,2%	4,5%	15,4%
Abaixo do INPC-IBGE	7,9%	1,1%	9,4%	1,9%	13,5%

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários

(*) Considerados reajustes salariais das unidades de negociação com registro em todos os anos da série

>Saiba mais